

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

SAMIA VERA CURY

**A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO ORÇAMENTO
PARTICIPATIVO: O CASO DO BAIRRO RONDÔNIA DE
NOVO HAMBURGO - RS**

**Porto Alegre
2010**

SAMIA VERA CURY

**A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO ORÇAMENTO
PARTICIPATIVO: O CASO DO BAIRRO RONDÔNIA DE
NOVO HAMBURGO - RS**

**Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao
Departamento de Ciências Administrativas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em Administração.**

Orientador: Prof. Dr. Diogo Joel Demarco

Tutor Orientador: Roberto Tadeu de Souza Jr.

**Porto Alegre
2010**

SAMIA VERA CURY

**A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO ORÇAMENTO
PARTICIPATIVO: O CASO DO BAIRRO RONDÔNIA DE
NOVO HAMBURGO - RS**

**Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao
Departamento de Ciências Administrativas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em Administração.**

Conceito final

Aprovado em de de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Orientador - Prof. Dr. Diogo Joel Demarco – UFRGS

Prof^ª. Dr^ª Ana Mercedes Sarria Icaza - UFRGS

*Dedico este trabalho à melhor família que um
ser humano possa desejar ter: a minha.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido a graça de concluir este grande desafio.

À minha família e aos amigos, cujo amor dá sentido a qualquer realização. Thiago pelo carinho; Gilnei, minha luz e Caroline, minha vida.

Aos inesquecíveis amigos da “Hortinha”, pelo apoio e incentivo no início desta jornada.

Aos coordenadores do Pólo de São Leopoldo, Gilberto Clóvis Josemim e Ricardo Grings, por transformarem os encontros presenciais aos sábados em alegres encontros de amigos.

Aos incríveis colegas de turma, que para sempre farão parte da minha história.

Especialmente ao meu tutor orientador neste trabalho de conclusão de curso, Roberto Tadeu de Souza Junior, pelo apoio consistente e incansável; Por me fazer acreditar no meu potencial, em momentos que nem eu mesma acreditava.

Ao professor Dr. Diogo Joel Demarco, pela orientação e sugestões para este estudo.

À comunidade do Bairro Rondônia de Novo Hamburgo, por ter aceitado ser objeto de estudo deste trabalho.

À Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, por disponibilizar os dados necessários à realização desta pesquisa.

Aos demais professores e tutores, pelo apoio e incentivo durante o curso.

Por fim, aos idealizadores do curso, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao Banco do Brasil e à Universidade Aberta do Brasil, pela oportunidade e qualidade do ensino.

“A base fundamental da liberdade é a capacidade de escolha, e a capacidade de escolha só é plena quando temos liberdade de escolher...”.

Augusto Cury

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho foi de analisar como ocorreu a participação dos moradores da região do Bairro Rondônia de Novo Hamburgo, RS, quanto à escolha das demandas prioritárias da comunidade no processo de elaboração do Orçamento Público Municipal, utilizando como referência o exercício de 2011. A pesquisa foi realizada na Região 3, exclusivamente com moradores do Bairro Rondônia, onde em um primeiro momento, analisou-se os dados primários obtidos por meio de entrevistas focadas na participação das pessoas envolvidas no Orçamento Participativo da região pesquisada, e num segundo momento, com base em dados secundários verificou-se as prioridades e ações desejadas pela comunidade local e os respectivos resultados do processo de votação das mesmas. Ao término do trabalho, percebeu-se em partes a concretização de espaços de democracia participativa no município, evidenciando-se também que a comunidade estudada não possui legítimo poder de decisão no momento das escolhas das demandas e que, logo após as votações, a mesma passa a ser representada pelos delegados, conselheiros e ainda, pela Comissão de Acompanhamento de Obras e Serviços. Destacam-se ainda as prioridades escolhidas pela comunidade no ciclo 2010/2011. Além das conclusões apresentadas na pesquisa, o estudo procura estimular uma reflexão no que tange especificamente à questão da representatividade dos participantes do evento.

Palavras-chave: Orçamento Público. Orçamento Participativo. Participação. Demandas.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das Principais Vantagens e Problemas do OP	21
Quadro 2 - Análise dos dados primários por categorias	28
Quadro 3 – Lista de temas	37
Quadro 4 – Lista de resultado dos temas e demandas gerais aprovadas – Região 03 – Bairro Rondônia ..	39
Quadro 5 – Lista de resultado dos temas e demandas locais aprovadas – Região 03 – Rondônia	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – Orçamento Participativo

PPA – Plano Plurianual

RS – Estado do Rio Grande do Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO À LUZ DO ORÇAMENTO PÚBLICO.....	13
2.1	ORÇAMENTO PÚBLICO: FERRAMENTA DE POLÍTICA E GESTÃO.....	13
2.2	O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: ORIGEM, CONCEITOS E SISTEMÁTICA DE FUNCIONAMENTO	17
2.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	22
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
4	ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO OP DA REGIÃO 3 DE NOVO HAMBURGO: BAIRRO RONDÔNIA	27
4.1	ANÁLISE DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO.....	27
4.1.1	Participação.....	28
4.1.2	Processo do Orçamento Participativo.....	31
4.1.3	Contribuição ao Processo do OP.....	33
4.1.4	Anseios	34
4.2	ANÁLISE DAS PRIORIDADES E RESULTADOS DAS VOTAÇÕES DAS DEMANDAS ELENCADAS PELA COMUNIDADE	35
4.2.1	A Realização das Assembléias	36
4.2.2	Resultados das Demandas Gerais da Região 3 – Bairro Rondônia	38
4.2.3	Resultados das Demandas Locais da Região 3 – Bairro Rondônia.....	40
4.3	SÍNTESE DAS ANÁLISES DOS DADOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS: TRIANGULAÇÃO	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
	REFERÊNCIAS	47
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	50
	ANEXO A – LISTA DE TEMAS E DEMANDAS DO OP CICLO 2010/2011	51

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar como ocorre a participação dos moradores da região do Bairro Rondônia de Novo Hamburgo, RS, quanto à escolha das demandas prioritárias da comunidade no processo de elaboração do Orçamento Público Municipal, utilizando como referência o exercício de 2011.

O Orçamento Público é uma peça jurídica, aprovada pelo Poder Legislativo para vigorar como Lei, dispendo sobre a atividade financeira do Estado, quer do ponto de vista das receitas, quer das despesas. Seu objetivo, portanto, é financeiro (BRASIL, 1988).

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece normas gerais de direito financeiro, para elaboração e controle dos Orçamentos e Balanços, tanto da União como dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

Já o Orçamento Participativo é um exercício da democracia participativa, onde o mesmo permite que o cidadão possa deliberar sobre a elaboração do orçamento público, especificamente sobre o orçamento de investimentos, através de assembleias abertas e periódicas e fases de diálogos diretos com o governo, fortalecendo-se assim a sociedade civil.

Diversas metodologias são utilizadas para a execução do Orçamento Participativo. No entanto, sua característica principal é a de que suas assembleias são realizadas em regiões pré-determinadas, constituídas por um ou mais bairros, vilas ou distritos, onde são discutidos assuntos temáticos ou territoriais ou ambos, sendo eleitos os delegados que os representarão nas negociações com o governo instituidor do Orçamento Participativo.

Depois de eleitos, tais delegados formam o Conselho Comunitário, o qual manterá o elo entre a comunidade e os representantes do governo no planejamento e execução do orçamento público.

A primeira experiência do Orçamento Participativo ocorreu em Porto Alegre, RS, em 1989, ano seguinte à promulgação da Constituição Federal de 1988, em decorrência de intensos movimentos populares cujo objetivo principal foi o de participar das deliberações governamentais.

O Orçamento Participativo de Porto Alegre consagrou-se quando se tornou referência mundial, sendo reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das 40 melhores práticas de gestão pública urbana no mundo, mediante sua ação conectada diretamente com a sociedade civil, quebrando velhos paradigmas existentes entre a burocracia e a participação da sociedade (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2010).

Atualmente, diversos municípios brasileiros iniciaram suas experiências no Orçamento Participativo, permitindo que a população participe diretamente das definições das prioridades para os investimentos públicos.

Já no município de Novo Hamburgo, o Orçamento Participativo é uma iniciativa inédita, onde pela primeira vez em sua história o Governo Municipal possibilita que a comunidade participe diretamente na administração da cidade e sugira as prioridades para investimentos.

Nesse sentido, o atual prefeito do município afirma que:

O Orçamento Participativo é a maior e mais eficiente ferramenta de governo no que diz respeito à participação popular. É através das assembleias do OP que a população tem acesso direto a seus governantes, podendo dialogar, questionar e sugerir sem o intermédio de burocracia ou representantes (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE NOVO HAMBURGO, 2010, p. 1).

Surge então a abertura para todas as comunidades do Município, através dos mais variados tipos de entidades e instituições comunitárias, participarem da constituição coletiva do documento normativo do OP de Novo Hamburgo, estabelecendo-se em 2010 as prioridades para o ano de 2011 e, conseqüentemente, consolidando-se esse importante instrumento de participação social na cidade.

O projeto inicial prevê a distribuição dos bairros em 10 grandes regiões para as audiências.

A primeira etapa do OP do referido município ocorreu no mês de dezembro de 2009, onde ao todo foram realizadas 10 assembleias nas regiões delimitadas para a participação popular, tendo sido alcançado um total de 1.630 participantes, elegendo-se 163 delegados para integrarem o Conselho Comunitário. A partir de então o Conselho Comunitário, através dos delegados eleitos em cada região, ficam incumbidos de manter um permanente diálogo com a Prefeitura.

Dentre as 10 regiões pré-estabelecidas, terá destaque no presente trabalho a Região 3, na qual concentram-se 22.828 habitantes (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE NOVO HAMBURGO, 2010) e é composta pela Vila Flores e o Bairro Rondônia. No entanto, a pesquisa será realizada exclusivamente com os moradores do Bairro Rondônia, considerando-se que o mesmo possui Associação Comunitária ativa e o perfil dos habitantes do respectivo bairro é composto por diferentes classes econômicas, bem como por ser um bairro limítrofe com a sede administrativa do município, facilitando-se assim o acesso e a coleta de dados.

Diante desse cenário, este trabalho objetiva responder a seguinte pergunta de pesquisa: **Como ocorre a participação comunitária na escolha das demandas prioritárias da região do Bairro Rondônia no processo de elaboração do OP em Novo Hamburgo?**

Para que a pesquisa atinja o seu propósito e consecutivamente atenda ao objetivo geral inicialmente citado, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar o perfil de participação das pessoas envolvidas no OP da região pesquisada;
- b) Investigar as prioridades e ações desejadas pela comunidade local e os respectivos resultados já obtidos.

O OP é uma política pública importante, pois a população contribui com seu envolvimento no processo orçamentário, uma vez que através da participação poder-se-á defender e definir diretamente suas necessidades e prioridades, consolidando-se assim a democracia participativa.

As justificativas para a realização desta pesquisa levam em consideração a atual conjuntura econômica do município, as diferenças sociais da cidade e a elevação das demandas sociais ante a escassez de recursos, cujas dificuldades atuais são reconhecidamente concretas, sendo necessário verificar-se de perto as necessidades e potencialidades de cada uma de suas regiões, nesse caso específico, as do Bairro Rondônia.

A apresentação deste trabalho dar-se-á em cinco capítulos. Além desta parte introdutória, cujo objetivo foi contextualizar o objeto de pesquisa, serão apresentados tópicos contemplando, respectivamente: o referencial teórico, com uma abordagem sobre Orçamento Público, Orçamento Participativo e participação popular; os procedimentos metodológicos aplicados; a análise dos resultados obtidos; e por fim, as considerações finais da pesquisa.

2 O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO À LUZ DO ORÇAMENTO PÚBLICO

O Orçamento Público é o documento mais importante da vida econômica e financeira do Estado, e é também o elemento chave das políticas públicas, pois consiste em uma ferramenta de gestão. Por essa razão, o conhecimento técnico é uma exigência essencial para a elaboração do mesmo, assim facilitando a alguns governantes a decisão – de forma autoritária – sobre as receitas e as despesas das instituições públicas. No entanto, o Princípio da Transparência Fiscal (BRASIL, 2000) obriga que o processo de elaboração e discussão dos orçamentos seja realizado com a presença do povo, em audiências públicas especialmente convocadas para tanto. Eis que surge o Orçamento Participativo, legitimado pela participação comunitária, o qual consiste em um objeto inovador que busca a melhor eficiência e eficácia da aplicação dos recursos públicos mediante a participação popular para o arrolamento das prioridades locais.

Perante isso, o presente capítulo tem por objetivo apresentar, em um primeiro momento, alguns aspectos relativos ao Orçamento Público adotado como ferramenta de política e gestão e, nesse contexto, em um segundo momento uma introdução da origem, conceitos e sistemática de funcionamento do Orçamento Participativo, enfatizando-se ao final a importância da participação comunitária.

2.1 ORÇAMENTO PÚBLICO: FERRAMENTA DE POLÍTICA E GESTÃO

Segundo Sanches (1997), Orçamento é um instrumento de caráter múltiplo, sendo político, devido à realização da Política Pública; econômico, em razão dos recursos versus necessidades; programático, por estar vinculado ao planejamento; gerencial, por auxiliar na administração e controle; e financeiro, por estar ligado à expressão dos recursos. Ou seja, é o documento que presume as quantias de moeda as quais, num período determinado, devem entrar e sair dos cofres públicos, com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesa mais proeminentes.

No mesmo sentido, Angélico (1995 p. 19) afirma que “o Orçamento Público é um planejamento de aplicação dos recursos esperados em programas de custeios, investimentos, inversões e transferências durante um período financeiro”.

Observa-se que ambos os conceitos se encaixam no campo administrativo, pois deixam explícito o planejamento como função principal.

Conforme colocado por Silva (2003, p. 28):

O estudo do orçamento pode ser considerado do ponto de vista objetivo ou subjetivo. No aspecto objetivo, designa o ramo das Ciências das Finanças que estuda a Lei do Orçamento e o conjunto de normas que se refere a sua preparação, sanção legislativa, execução e controle, ou seja, considera a fase jurídica de todas as etapas do orçamento (preventiva, executiva e crítica). No aspecto subjetivo constitui a faculdade adquirida pelo povo de aprovar *a priori*, por seus representantes legitimamente eleitos, os gastos que o Estado realizará durante o exercício.

A Apostila elaborada pela ENAP¹ referente à Elaboração e Execução de Orçamento Público, na sua parte introdutória, questiona “O que é Orçamento Público?” e traz, respectivamente, a seguinte resposta:

O Orçamento Público é o instrumento de gestão de maior relevância e provavelmente o mais antigo da administração pública. É um instrumento que os governos usam para organizar os seus recursos financeiros. Partindo da intenção inicial de controle, o orçamento público tem evoluído e vem incorporando novas instrumentalidades. No Brasil, reveste-se de formalidades legais. É uma lei constitucionalmente prevista que estima a receita e fixa a despesa para um exercício. Por causa dessa rigidez, as despesas só poderão ser realizadas se forem previstas ou incorporadas ao orçamento (ENAP, 2005, p. 8).

Fabretti (2009, p. 19) afirma que: “o orçamento, no Estado de Direito, não é mero documento de caráter contábil ou administrativo, mas, sim, poderoso instrumento de política econômica e social que, para sua execução, depende da correta e eficaz alocação dos recursos”.

Percebe-se então a existência de diversos conceitos para o termo Orçamento Público definindo-o como um instrumento de política, planejamento e gestão. Por outro lado, a Constituição Federal, através de seu artigo 165, dá ênfase à questão do planejamento, com a instituição do Plano Plurianual (PPA), de planejamento estratégico, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de planejamento tático, e da Lei Orçamentária Anual (LOA), de planejamento operacional, sendo tais elementos respectivamente explicados, segundo Fabretti (2009, p. 19-20), da seguinte forma:

¹ ENAP. Escola Nacional de Administração Pública

- a) Orçamento plurianual: é na verdade um plano de metas de política governamental que envolve programas de duração prolongada. É uma programação econômica voltada para os vários setores de atividade do governo;
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias: de acordo com o § 2º do art. 165 da CF, “compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento”;
- c) Orçamento anual: é o que abrange o orçamento fiscal (receitas e despesas), referente aos três Poderes da União, fundos, órgãos e entidades de administração direta e indireta, fundações instituídas e mantidas pelo poder público, além do orçamento de investimentos das empresas estatais, bem como o orçamento da seguridade social. O orçamento anual é de um exercício financeiro público, que no Brasil, desde o tempo do Império, coincide com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Vale destacar que: “O sistema legal orçamentário deve ser integrado. Assim, a Lei Orçamentária Anual deve ser compatível com o Plano Plurianual e respeitar as metas e prioridades previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias” (FÜHRER, 2006, p. 159).

Por isso, depois dessa explicação, convém ainda lembrar o núcleo determinante do sistema orçamentário, ou seja, os seus princípios – que de forma geral são amplos – sendo explicados por Führer (2006, p. 160) os sete princípios constitucionais do orçamento mais conhecidos:

Princípio da unidade (art. 165, §§ 1º-5º): embora contenha uma infinidade de pequenos orçamentos setorializados, tecnicamente o orçamento é uno. Isto quer dizer que o orçamento obedece a um só planejamento, na mesma estrutura, seguindo o mesmo método.

Princípio da universalidade (art. 165, § 5º, I-III): todas as receitas e despesas devem estar incluídas na peça orçamentária, sem exceção.

Princípio da anualidade (art. 165, III): a lei orçamentária vigora exatamente por um ano. A Constituição não determina o período, mas a Lei 4.320, de 1964 (art. 34), indica que o exercício financeiro deve coincidir com o ano civil (de 1º de janeiro a 31 de dezembro).

Princípio da não-afetação ou não-vinculação (art. 167, IV): no orçamento não pode constar vinculação de receita de impostos a qualquer órgão ou fim específico. As exceções ficam por conta das transferências que devem obrigatoriamente ser aplicadas na manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212), nas ações e serviços públicos de saúde (art. 198, § 2º) e das arrecadações comprometidas como garantia do pagamento da dívida com a União (art. 167, § 4º).

Princípio da exclusividade (art. 165, § 8º): o orçamento não pode conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.

Princípio da programação (art. 165, § 4º): todos os planos e programas devem estar de acordo com o plano plurianual.

Princípio da legalidade (art. 165, caput): o orçamento somente pode ser instituído por lei.

Em face ao exposto, ressalta-se também a importância do uso de estratégias e do planejamento que antecede o processo de elaboração do orçamento público. Nesse sentido, Mintzberg e Quinn (2001, p. 20) definem a estratégia como sendo “o padrão ou plano que integra as principais metas, políticas e sequência de ações de uma organização em um todo coerente”. Segundo os autores, uma estratégia bem elaborada auxilia para que os recursos sejam ordenados e alocados da melhor forma possível.

Por outro lado, Bateman e Snell (1998, p. 121-122) definem planejamento como “o processo consciente e sistemático de tomar decisões sobre objetivos e atividade que uma pessoa, um grupo, uma unidade de trabalho ou uma organização buscarão no futuro”.

Portanto, pode-se concluir que tanto a estratégia como o planejamento são importantes ferramentas de gestão que, similarmente às empresas, podem ser aplicados na gestão pública. No entanto, devido à descontinuidade administrativa, todo e qualquer processo de planejamento em longo prazo se enfraquece caso ocorra a prevalência do personalismo, associado à ausência da participação e do empoderamento dos envolvidos.

Todavia, é oportuno registrar que Giacomoni (2002, p. 64) amplia e caracteriza a definição. Segundo ele, “O orçamento público é caracterizado por possuir uma multiplicidade de aspectos: político, jurídico, contábil, econômico, financeiro, administrativo etc”.

Nesse contexto, o orçamento público em sua função clássica é uma sucessão de atos, desenvolvidos em um processo orçamentário, que culminarão apenas com a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo Legislativo, que representa o povo de forma indireta.

No entanto, após o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, o orçamento tradicional sofre modificações quanto ao seu processo de elaboração, tendo como escopo principal a busca para o setor público de uma administração menos burocrática e mais gerencial, com efetiva cobrança de resultados e de realidade problematizada.

Como consequência, sugere-se uma participação direta da sociedade, que deve ocorrer preferencialmente no nível onde a ação está sendo realizada, próxima do cidadão, que é o seu destinatário final.

E nesse contraponto, seja do ponto de vista político ou econômico, a descentralização – através do Orçamento Participativo – permitiria a inclusão da participação popular nas escolhas das prioridades, proporcionando maior percepção de soluções para os problemas de determinada localidade, bem como, ao menos em tese, o aumento da eficiência alocativa em razão da maior proximidade entre governo e sociedade.

2.2 O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: ORIGEM, CONCEITOS E SISTEMÁTICA DE FUNCIONAMENTO

O Orçamento Participativo teve a sua origem nos movimentos populares e tem como berço inicial a cidade de Porto Alegre que, inicialmente no ano de 1989, implantou um programa visando recepcionar o chamamento à participação direta da cidadania no processo decisório – direito concedido pela Constituição Federal em vários dispositivos – dando a possibilidade de participarem diferentes classes sociais e econômicas (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2010).

[...] o OP nasceu da relação dos movimentos populares com governos e da vontade política do gestor público em partilhar o poder com os cidadãos, cujo principal objetivo é encorajar uma dinâmica e estabelecer um mecanismo sustentado de gestão conjunta dos recursos públicos, através de decisões partilhadas sobre a distribuição de fundos orçamentários e de responsabilização administrativa no que diz respeito à efetiva implementação dessas decisões (OLIVEIRA, 2001 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 19).

Conforme já anteriormente citado, o OP tornou-se referência mundial e é reconhecido pela ONU como uma das 40 melhores práticas de gestão pública do mundo, sendo também referenciado pelo Banco Mundial como um exemplo bem-sucedido.

De acordo com a ENAP (2005, p. 13):

O Orçamento Participativo incorpora a população ao processo decisório da elaboração orçamentária, seja por meio de lideranças da sociedade civil, seja por meio de audiências públicas ou por outras formas de consulta direta à sociedade. Trata-se de ouvir de forma direta as comunidades para a definição das ações do Governo para resolução dos problemas por elas considerados prioritários.

Em outras palavras, isso significa que o Orçamento Participativo, mediante a escolha de seus representantes para cada bairro ou região pré-definida, rompe com a tradição de apenas os governantes decidirem pela aplicação dos recursos alocados, promovendo assim uma modificação nas relações políticas e sociais.

Segundo Pires (2001, p. 68), “Orçamento Participativo é, enfim, uma oportunidade para a tomada de consciência que abre alas para a cidadania, assim como para a exorcização do populismo, que tão mal fez e faz a ela”. Complementarmente, a ONG Cidade, na sua publicação intitulada *Desdobrando o Orçamento Municipal* (CIDADE, 2009, p. 8)² coloca que:

A partir dos anos 1990 alguns governos municipais passaram a construir o orçamento público através da PARTICIPAÇÃO da sociedade civil. Uma das formas mais reconhecidas no mundo todo é a do ORÇAMENTO PARTICIPATIVO. Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte são algumas delas. Essas experiências podem alterar a forma de definição das Leis Orçamentárias, proporcionando maiores investimentos para as camadas mais pobres da sociedade, entre outras transformações.

E nessa ótica, percebe-se a afirmação da democracia, como observa Genro (1997, p. 18):

[...] para conferir identidade pública à sociedade, tem ela que estar estruturada e organizada, para dialogar com o Estado e referir-se a ele enquanto sociedade civil e criar uma esfera pública não-estatal, onde Estado e sociedade estabeleçam seus conflitos, seus conceitos, seus consensos e gerem, a partir daí, decisões que combinem a legitimidade da representação política tradicional com a participação direta e voluntária da cidadania.

O princípio da participação popular é inserido pela Constituição Federal de 1988, ao instituir que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente [...]” (art. 1º, parágrafo único) e respectivamente pelo artigo 29 incisos XII e XIII e artigo 61, §2º, abaixo transcritos:

[...]

XII. Cooperação das associações representativas no planejamento municipal;

XIII. Iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através da manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado;

[...]

§ 2º. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles (BRASIL, 1988, p. 1).

² CIDADE. Centro de Assessoria e Estudos Urbanos é uma organização não governamental com atuação voltada às questões urbanas.

Já no que se refere à participação popular quanto à elaboração do processo orçamentário, a Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000, p. 1), em seu parágrafo 48 profere: “a transparência será assegurada mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos”.

Igualmente, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01) contempla em seu art. 44:

Art. 44 No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III³ do art. 4º desta Lei, incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal (BRASIL, 2001, p. 1).

Em vista disso, o Orçamento Participativo pode ser entendido como uma estrutura da democracia participativa. O que caracteriza uma democracia é um conjunto de princípios e ações que compõem a ordem social, como resultante da participação de todo o povo nos negócios de interesse da sociedade. Num regime democrático, o povo deve participar nas decisões que envolvem os interesses diretos da comunidade social. Essa participação se dá em dois níveis: diretamente, quando o povo intervém frequente ou esporadicamente através da consulta popular (eleições ou plebiscito), ou indiretamente, através de seus representantes, eleitos sob a égide de um programa partidário, pelo qual o povo deve optar (BRASIL, 1988).

Nesse sentido comenta Ubiratan Souza (2001, p. 276):

Também é importante nesse processo de democracia direta do OP, que a participação da população se efetive de maneira livre e universal nas assembleias públicas do OP. Todo cidadão, independente de sua organização partidária, associativa e credo religioso tem assegurada sua participação no processo. Isso significa que ninguém tem privilégio no processo de democracia direta e nem lugar assegurado nas formas de representação delegada: delegados e conselheiros do OP. Esse princípio universal é que assegurou, na experiência de quase 11 anos do OP em Porto Alegre, que o processo não fosse partidarizado e nem dominado por corporações, permitindo que a vontade da sociedade se expressasse de maneira plural e universal.

³ Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257/2001:

“III – Planejamento municipal, em especial:

[...]

f – gestão orçamentária participativa;

[...]”

Por conseguinte, a partir disso, decorre de todo o processo uma nova cultura de gestão, baseada na democracia, transparência e amadurecimento moral. Por outro lado, a afirmação da cidadania e a consolidação dessa democracia vão depender da mobilização e organização das comunidades envolvidas, que deverão estar conscientes das pluralidades e adversidades surgidas no decorrer do processo, pois conforme Celina Souza (2001, p. 88) relata:

Segundo mapeamento de Abers (2000), a literatura aponta três "problemas" da participação. O primeiro é o "problema de implementação", isto é, mesmo quando os governos buscam implementar mecanismos participativos voltados para integrar grupos menos poderosos no processo decisório, os mais poderosos têm força para impedir essa participação. O segundo é o "problema da desigualdade": mesmo quando espaços são criados para que todos participem, as desigualdades socioeconômicas tendem a criar obstáculos à participação de certos grupos sociais. O terceiro é o "problema da cooptação": mesmo que os espaços de participação sejam genuinamente representativos, o desequilíbrio entre o governo e os participantes, no que se refere ao controle da informação e dos recursos, faz com que a participação seja manipulada pelos membros do governo.

Nessa abordagem, observa-se que o entendimento do conceito de participação vem sofrendo variações em decorrência de problemas no contexto participativo.

[...] porque a participação significa coisas diferentes para pessoas ou grupos diferentes. Para alguns autores, a participação é uma forma de aumentar a eficiência dos governos; para outros, ela implica o aumento da justiça social, [...]. Outros advogam que a participação é mera retórica de políticos e governantes. [...] O significado da participação, portanto, é o primeiro grande divisor de águas tanto na literatura analisada como no próprio conceito de participação (SOUZA, 2001, p. 88).

E, na visão crítica, clarifica Celina Souza (2001, p. 93):

Alguns críticos do OP o vêem como uma oportunidade de os partidos de esquerda exercerem o mesmo "velho clientelismo" das administrações conservadoras, embora sem a intermediação dos vereadores. Há críticos que afirmam que o OP é um tipo de altruísmo ingênuo. Outros ainda argumentam cinicamente que o OP faz com que os pobres decidam para que eles culpem a si mesmos, e não ao governo, quando não conseguirem recursos suficientes para suas demandas.

Muitos desafios permeiam o processo, em decorrência não apenas dos problemas apresentados acima, mas também:

[...], torna-se evidente, diante da prática cultural vigente, que todos os grupos tentarão garantir para a sua região a maior quantidade de recursos e, conseqüentemente, o atendimento ao maior número possível de suas prioridades. Ocorre, dessa forma, uma perda da visão global de melhoria da cidade, podendo haver conflitos entre as diversas regionais e, mesmo dentro delas próprias, quando da escolha dos representantes ou das obras prioritárias (FERREIRA, 2003, p. 70-71).

Além disso, o Quadro 1 apresenta síntese das principais vantagens e desvantagens já identificadas no processo do Orçamento Participativo de Porto Alegre e Belo Horizonte, levantadas a partir do estudo da literatura existente das respectivas cidades.

VANTAGENS	DESVANTAGENS
Torna a democracia representativa aberta à participação mais ativa de segmentos da sociedade;	A interação com o governo coloca em risco a independência dos movimentos comunitários;
Reduz clientelismo, populismo, patrimonialismo e autoritarismo, mudando a cultura política e aumentando a transparência;	Formas de clientelismo ainda sobrevivem;
Estimula o associativismo;	A sociedade civil ainda está em formação;
Facilita o processo de aprendizado sobre melhor e mais ativa cidadania;	Limitações financeiras e de recursos para o OP, reduzindo a abrangência dos programas. As comunidades tendem a parar de participar quando suas demandas são atendidas;
Desloca prioridade dos segmentos privilegiados para beneficiar a maioria da população (os pobres); paralelamente, tenta abrir canais de participação a outras classes sociais;	Persistem dificuldades para aumentar a participação: os jovens, as classes médias e os pobres são sub-representados;
Permite equilibrar bandeiras ideológicas voltadas para a delegação de poder aos cidadãos com respostas pragmáticas que atendam a suas demandas;	Lentidão na execução dos programas, frustrando os participantes;
Estabelece uma organização que pode sobreviver a mudanças de governo;	Risco de reificação do movimento popular, tornando difícil a separação clara entre seu papel e o do governo;
Estimula os participantes a trocar visões individualistas por solidárias e a ver os problemas da cidade de forma coletiva.	Decisões fragmentadas e demandas de curto prazo podem prejudicar o planejamento urbano e projetos de longo prazo;
	Supremacia dos movimentos sociais e do Executivo sobre o Legislativo na questão da alocação dos recursos.

Quadro 1 – Síntese das Principais Vantagens e Problemas do OP

Fonte: Celina Souza (2001, p. 92).

Outro desafio é a sistemática do Orçamento Participativo, que não é instituída por lei, e seu formato deve ser conjugado com as peculiaridades de cada município, mediante a formatação de programas de governo, abrangendo todas as áreas da Administração, tais como Segurança, Saúde, Educação, entre outras, os quais serão votados pela comunidade, seguidos do levantamento dos valores de receitas e despesas públicas e o estabelecimento dos objetivos a serem alcançados a curto, médio e longo prazo. Além disso, devem-se descentralizar as discussões, estabelecer critérios de participação popular, de equação das demandas apresentadas e, ainda, deliberar sobre as competências específicas e instâncias de participação (MINHA CIDADE, 2010).

Essa análise também é constatada por Ubiratan Souza (2001, p. 277), que sustenta:

O processo do OP deve ter regulamento, critérios distributivos e metodologia de planejamento. Mas, este regramento deve ser elaborado de maneira autônoma pela comunidade e firmado um contrato social entre o governo e a sociedade. O OP não é uma obra acabada, perfeita e indiscutível. Nem poderia ser, pois a avocação da perfeição seria expressão de autoritarismo e negação do processo dialético, de constante mutação e superação do novo sobre o velho, que caracteriza os processos sociais. É com este entendimento que, todos os anos, o governo e a sociedade devem realizar uma avaliação crítica do regramento e do processo do OP, e o conselho do OP, de maneira autônoma (auto-regulamentada), sem a tutela do Executivo e Legislativo, discute e decide as mudanças para modernização do OP. O princípio da auto-regulamentação aplicado no OP de Porto Alegre e na fase de implantação do OP-RS, tem proporcionado uma constante modernização dos mecanismos democráticos e de planejamento do processo do OP.

Para que o OP seja um processo efetivo e sério de participação popular e não meramente consultivo, é necessário que as decisões tomadas pela população e governo sejam documentadas e publicadas para conhecimento de toda a sociedade. Isto possibilitará que a população faça o acompanhamento e fiscalização da execução das obras e serviços decididos. Ademais, o governo deve prestar contas anualmente, possibilitando um controle social efetivo sobre a gestão do Estado.

Nessa perspectiva, o Executivo indica uma metodologia, define os critérios, as competências, os objetivos, as metas e os recursos para sanar as necessidades apontadas pela população – a qual deverá eleger os delegados populares⁴, os quais, assim como as demandas, são apontados em plenárias regionais. Por fim, os agentes públicos e os respectivos delegados elaboram o plano de investimentos, definindo-se a proposta orçamentária da Lei de Orçamento Anual (LOA).

2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Diante do exposto nas seções anteriores, pode-se observar que a participação é um processo e não um evento. Nesse sentido, o cidadão não deve limitar-se ao exercício esporádico do voto, mas ao exercício frequente de sua liberdade, do crescimento da consciência de seus direitos, de sua ação fiscalizadora dos atos dos governos, do debate político e, principalmente, da prática da liberdade de escolhas.

⁴ Delegados Populares: são os representantes da comunidade, e eleitos por ela, com a responsabilidade de servir como porta-vozes entre governo e moradores de cada localidade. Eles constituem o Conselho da Região.

A efetiva participação denota voz ao processo do OP, pois “ora, qual é o momento em que o cidadão mais aparece e exerce sua cidadania? Quando opina, discute, delibera e vota nas assembléias” (CHAUÍ, 2000, p. 42).

Sob esse vértice, se sobressai a principal diferença entre o modelo do Orçamento tradicional e o Orçamento Participativo, que está na participação direta dos envolvidos.

Em razão disso, se torna importante o interesse efetivo na definição das prioridades, e nessa hora é necessário que todos compreendam que o orçamento público não é mais algo que está distante do cidadão, e sim algo real, sustentável e de enormes significados – significados esses seguidos dos preceitos democráticos de igualdade, pois conforme lembra o Prefácio de Conti⁵ na obra de Assoni (2009, p. 13): “o dinheiro público é seu, é meu, é nosso. A todos é garantido o direito de saber o que fazer e o que foi feito com o dinheiro público e participar das decisões sobre onde, quando e como aplicá-lo”.

Ademais, o cidadão legitima, com sua auto-representação, o direito de participar da elaboração, implementação, controle e verificação dos resultados do Orçamento Participativo, a fim de convalidar as decisões e diretrizes nele contidas.

Com efeito, a população ao se mobilizar e resgatar a importância da organização da sociedade civil, ancorada em um princípio de participação, torna-se capaz de formar decisões e superar a circunscrição da simples representação eleitoral.

Nessa vereda, é fundamental que o OP seja praticado com a participação de todos os implicados, sendo esses co-responsáveis pelo processo, pois as decisões que serão tomadas provocarão de alguma forma consequências para todos.

Para que toda a metodologia, seus princípios, normas e leis sejam implementados, observados e cumpridos, é necessário não apenas a pretensão do Estado, mas a intervenção das pessoas para ganhar existência e redefinir as fronteiras entre o público e o privado.

A estreita colaboração precisa ser inserida na cultura e nas práticas cotidianas da sociedade para que se fortaleça sua base mais democrática, resultando assim em uma maior transparência na gestão dos recursos públicos.

⁵ Prof. Dr. José Maurício Conti (SP). Juiz de Direito em São Paulo e Professor Doutor de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo (USP).
URL da Homepage: <http://www.direito.usp.br/jmconti>

Nesse contexto, pode-se considerar que: “A democracia participativa é o caminho do futuro. Há que formar no povo a consciência constitucional de suas liberdades, de seus direitos fundamentais, de sua livre organização de poderes” (BONAVIDES, 2005).

Em suma, cabe salientar que se tem aqui uma importante dimensão dos possíveis percalços e desafios a serem vencidos, para que não ocorra a inversão das expectativas e a sucessão de acontecimentos casuais, mas o sucesso nos resultados do Orçamento Participativo com a tônica da credibilidade e transparência, em benefício de toda a coletividade.

Na sequência serão explicitados os métodos e procedimentos adotados para a realização da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No presente trabalho busca-se analisar como ocorre a participação dos moradores da região do Bairro Rondônia de Novo Hamburgo, RS, quanto à escolha das demandas prioritárias da comunidade no processo de elaboração do Orçamento Público Municipal, utilizando como referência o exercício de 2011.

Assim, a pesquisa sugerida é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e objeto exploratório, uma vez que respectivamente o processo e seu significado serão os focos principais do tema abordado.

A técnica utilizada é de um estudo de caso, pois consiste no exame profundo e exaustivo do objeto, com o objetivo de permitir amplo e detalhado conhecimento do fato a ser investigado (GIL, 1991).

A investigação de estudo de caso “[...] baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo” e ainda “[...] beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e análise de dados” (YIN, 2005, p. 33).

A análise dos dados será realizada através da técnica de triangulação entre os dados primários e secundários, “uma vez que várias fontes de evidências fornecem essencialmente várias avaliações do mesmo fenômeno” (YIN, 2005, p. 128).

A triangulação de dados, segundo Vergara (2010, p. 243), “refere-se ao uso de diferentes fontes de dados”.

Os dados primários serão obtidos através de entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas, considerando que “uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso são as entrevistas” (YIN, 2005, p. 116).

Ainda no que se refere à obtenção de dados primários, Vergara (2009, p. 15) afirma que se adota a coleta de dados via entrevistas “quando se quer obter do entrevistado uma narrativa que expresse suas opiniões, percepções, interpretações, representações acerca de um fato, de um acontecimento, de um fenômeno”. O roteiro de entrevistas fará parte deste trabalho como Apêndice A.

Já os dados secundários serão coletados a partir da legislação vigente, atas, boletins de divulgação dos resultados das votações e outros documentos disponíveis referentes à região pesquisada.

A pesquisa envolverá exclusivamente os moradores do Bairro Rondônia que efetivamente participam do OP, cuja média da população participante é de 120 pessoas e a técnica probabilística utilizada será a amostragem aleatória simples de 15 pessoas, ou seja, os elementos a serem entrevistados serão obtidos ao acaso da população, tendo cada amostra a mesma chance de ser escolhida.

Cabe ressaltar que o número de entrevistas acima estabelecido é superior a 10% da população pesquisada, e no que se refere à realização de análises subjetivas Vergara (2009, p. 6) coloca que:

Quanto ao número de pessoas que podem ser individualmente entrevistadas, existem autores que consideram 15 um número mínimo para entrevistas e 25 um número máximo adequado. Esses limites não podem, contudo, ser tomados ao pé da letra. [...] tudo depende do problema da investigação, da metodologia escolhida e da representatividade dos entrevistados. Depende, também, de bom senso e de domínio de certas regras científicas, por parte do pesquisador.

Por fim, a interpretação dos dados se dará através do método de análise de conteúdo, cujo resultado deve refletir os objetivos da pesquisa e garantir a relevância dos sentidos atribuídos às mensagens.

4 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO OP DA REGIÃO 3 DE NOVO HAMBURGO: BAIRRO RONDÔNIA

A análise dos dados da pesquisa será metodologicamente dividida neste capítulo em três distintas seções. A primeira irá envolver a análise dos dados primários obtidos por meio de entrevistas focadas na participação das pessoas envolvidas no Orçamento Participativo da região pesquisada. A segunda, com base em dados secundários, irá analisar as prioridades e ações desejadas pela comunidade local e respectivos resultados do processo de votação das mesmas. Ao final, será apresentada uma síntese das análises obtidas através da técnica de triangulação dos dados.

4.1 ANÁLISE DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO

As informações foram levantadas a partir da análise de conteúdo das respostas obtidas do roteiro de entrevista (Apêndice A), contendo 15 perguntas abertas, as quais serão apresentadas pelas categorias que guiaram o estudo, que são respectivamente: (i) participação; (ii) processo do OP; (iii) contribuição e (iv) anseios da comunidade envolvida.

A classificação em categorias tem por finalidade atingir uma lógica comparativa com a observação do tipo de relação do discurso dos entrevistados com a dimensão da investigação dos temas relacionados ao objeto da pesquisa, cujos resultados serão apresentados em respostas ao objetivo geral e aos específicos que nortearam a mesma.

Foram entrevistadas 15 pessoas, escolhidas aleatoriamente dentre os envolvidos no OP, sendo 08 pessoas do gênero feminino e 07 pessoas do gênero masculino, cujo grau de escolaridade variou entre o ensino superior completo ao ensino fundamental incompleto.

A fim de preservar a identidade dos 15 entrevistados, os mesmos serão denominados de Entrevistado A até Entrevistado O.

O Quadro 2 demonstra os tipos de relações utilizadas.

TIPOS DE RELAÇÃO		
PERGUNTAS*	CATEGORIA DE ANÁLISE	PALAVRAS CHAVES
1, 2,8,9,10,11,13 e 14	Participação	Oportunidade; valorização; conhecimento; mudança; melhorias; realização; participação; orçamento; representação; cidadania; divulgação; conscientização; movimento comunitário; forma independente; valorização; cidadania; orgulho; compromisso; integração; filiação partidária; influência; liderança; contemplação.
1,2,3,4,6,7,8,9 e 12	Processo do OP	Oportunidade; valorização; conhecimento; mudança; melhorias; realização; participação; orçamento; representação; cidadania; transparência; consciência; demandas; gestão; divulgação; informação; comunicação; movimento comunitário; forma independente; mobilização; organização.
1, 5, 6, 10 e 11	Contribuição	Oportunidade; valorização; conhecimento; mudança; melhorias; realização; participação; cidadania; fiscalização; divulgação; informação; valorização; orgulho; compromisso; integração.
12, 15	Anseios	Mobilização; consciência; organização; vontade política; prioridades.

Quadro 2 - Análise dos dados primários por categorias
OBS (*) As perguntas encontram-se disponíveis no Apêndice A.

4.1.1 Participação

Dentre as pessoas entrevistadas, no que se refere à participação, os mesmos reconhecem que o OP é a realização de um sonho e a conquista de uma vitória, a oportunidade de todos poderem participar e da população no geral ser ouvida, poder escolher e votar nas demandas prioritárias junto com a sua comunidade:

“O que me faz participar do Orçamento Participativo é a oportunidade de fazer parte das decisões coletivas para melhorias no bairro e no município a partir das necessidades que garantam o bem comum [...]” (Entrevistada L)

“[...] é a realização do sonho de poder participar com a minha comunidade [...]”
(Entrevistada N)

“[...] participo pelo interesse em contribuir para mudar a realidade de minha comunidade [...]” (Entrevistada I)

Observa-se o sentimento de valorização e orgulho por parte dos entrevistados, por se sentirem protagonistas dessa nova etapa de construção da democracia participativa no município, com a visualização clara de seus direitos, obrigações, responsabilidades e ética para com o processo em si e, principalmente, com relação à comunidade local no que se refere à liderança:

“Sinto orgulho por fazer parte desta nova etapa em nossa cidade, isso me fortalece para o espírito de liderança na comunidade [...]” (Entrevistada N)

“O exercício de liderança comunitária aumenta consideravelmente a responsabilidade ética [...] permite o fortalecimento das relações necessárias à liderança propositiva junto à comunidade” (Entrevistada J)

Ressaltam também que é o momento de exigir mudanças, acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos; Advertem principalmente quanto à responsabilidade de fiscalizar o cumprimento do que foi decidido pela comunidade:

“[...] vejo a possibilidade de cobrar algumas mudanças e dar sugestões para melhorar a realidade do meu bairro, além de acompanhar o que está sendo feito pelo governo, me sinto como um cidadão com direitos e obrigações [...]” (Entrevistado A)

Destaca-se que a maioria dos participantes está integrada na atuação do OP via movimento comunitário, ou seja, possuem vínculo com a associação de moradores.

E nesse contexto de profundas transformações, fica evidente o fortalecimento das relações necessárias à liderança junto à comunidade mediante a eleição dos Delegados:

“[...] minha participação é via movimento comunitário [...] aprendi a importância do protagonismo do cidadão, enquanto sujeito de direitos e conseqüentemente sujeito de deveres [...] participei da Assembléia da Região 3 e fui eleita Delegada” (Entrevistada L)

“[...] participo via movimento comunitário e também sou agente de saúde do Rondônia [...]” (Entrevistada I)

“Sou atuante direta do movimento comunitário e participo do OP de maneira direta e indiretamente, pois tenho a convicção que as duas maneiras estão interligadas [...]” (Entrevistada N)

Foi possível identificar que existe vinculação partidária por parte dos entrevistados, havendo divergências quanto às justificativas, pois alguns afirmam que isso não afeta a participação no OP, enquanto outros afirmam que a própria ideologia afeta em determinadas situações:

“Sim, sou filiada em um partido, no entanto, nunca fui questionada sobre vinculação política, religiosa, étnica ou qualquer outra opção pessoal. Entendo que de forma alguma isso afeta a minha participação [...]” (Entrevistada L)

“Possuo filiação partidária sim, mas acho que isso não afeta a minha participação, porque eu não sou militante [...]” (Entrevistada N)

“Sim, tenho vinculação partidária, mas não sou muito ativo. Creio que em algumas situações pode afetar a participação [...]” (Entrevistado H)

“Sim, afeta, porque a própria ideologia partidária te leva a ter tendências ou preferências em determinados assuntos [...]” (Entrevistada D)

Dessa forma, compreende-se que o processo de participação presume o risco da reificação por parte dos participantes, prevalecendo o oposto ao que o senso comum indica, ou seja, que a participação assuma um valor de troca. Essa situação está já prevista por Celina Souza (2001) como uma das desvantagens citadas no Quadro 1.

Os entrevistados são, ainda, unânimes ao afirmarem que a lista de temas e demandas não contempla todas as necessidades, apenas as mais urgentes, definidas por eles como prioritárias – as quais muitas vezes já foram solicitadas ao Governo Municipal por intermédio de outros canais (associação de moradores, vereadores, entre outros).

Confirmam também que existe a influência na hora da votação, pois depende de quem apresenta e por quem é defendida a demanda, ou seja, determinados grupos defendem suas propostas e tentam conquistar os votos necessários para elegê-las:

“[...] sim, depende de quem e como a demanda é defendida, até porque cada um quer puxar para o seu lado [...]” (Entrevistado M)

“A lista de temas e demandas não contemplam todas as necessidades da comunidade local, no entanto atende às necessidades mais urgentes. Infelizmente, da lista saem a maioria da relação de necessidades e são votadas as consideradas mais urgentes. [...] existe a influência das lideranças da comunidade em momentos específicos [...] Fazendo-se uma analogia às eleições: Durante a Assembléia vivencia-se a apresentação das demandas (candidatos) que são defendidas pelas lideranças em momentos específicos (propaganda eleitoral), finalmente chega o momento da eleição (com direito a boca de urna e convencimento corpo a corpo) e em seguida a eleição das demandas e dos delegados (que irão representar a comunidade e acompanhar as demandas) [...]” (Entrevistada L)

“A lista não contempla todas as demandas [...] quanto às influências na hora de votar as demandas, [...] existe, sim, influências, pois as lideranças de cada setor procuram destacar suas prioridades, cabe aos delegados avaliarem a priori [...]” (Entrevistada N)

Tal situação já foi prevista como um dos problemas citados no mapeamento feito por Abers (2000) *apud* Celina Souza (2001).

4.1.2 Processo do Orçamento Participativo

Com relação ao processo do OP, os entrevistados enfatizam ter conhecimento do significado do orçamento público, e ainda, da diferença entre o tradicional e o participativo, bem como salientam a necessidade de se construir um pensamento coletivo e a percepção de que é necessário se estabelecer uma participação consciente, aliada a uma cultura de fiscalização da aplicação dos recursos públicos. Em muitos momentos, com relação ao tema abordado, os argumentos são sustentados tecnicamente:

“[...] o orçamento público é o quanto é gasto – e onde é gasto – o dinheiro público, já o orçamento participativo é a participação da comunidade na escolha de ações prioritárias [...]” (Entrevistada I)

“[...] o orçamento público é composto pela arrecadação de impostos, multas, entre outros. O orçamento participativo é uma parcela do orçamento público que é definida e priorizada para a comunidade [...]” (Entrevistado B)

Informam também que nas plenárias das quais participaram, foram disponibilizadas todas as informações referentes aos recursos disponíveis, de forma clara e sistematizada, bem como os elementos imprescindíveis ao entendimento necessário do referido processo em andamento:

“[...] as divulgações contribuem ao entendimento, no entanto, a cultura de participação da comunidade, ainda está em construção [...]” (Entrevistado A)

“[...] quanto à divulgação se conduz ao bom entendimento [...] sabe que nós vivemos hoje em um país paternalista, no qual a população espera acontecer [...] quando não acontece passa a cobrar [...] mas temos antes uma batalha de conscientização, que vai além de divulgação [...]” (Entrevistada F)

Observa-se a percepção do aumento de transparência da gestão dos recursos públicos, bem como a ampliação do interesse em busca do conhecimento sobre o assunto pelos participantes, o que não ocorre quando da elaboração do orçamento público em seu formato tradicional:

“[...] aumenta a transparência, aumenta também o conhecimento dos participantes, e quando existe transparência a valorização pelo poder público também aumenta” (Entrevistado C)

“O conhecimento e a busca por informações é base fundamental para a participação efetiva, constitui-se de ferramenta à mobilização da comunidade para a apresentação das demandas a serem votadas em Assembléia. Portanto, a antecedência das informações pertinentes permite a ampliação da consciência a respeito da participação e o papel de cada um no coletivo” (Entrevistada L)

Em sua totalidade, confirmam que o OP altera positivamente a relação de troca da comunidade com o poder público:

“O OP, por ser uma forma de gestão nova no município, está caminhando para maior participação dos moradores. Para aqueles que participam a relação de troca com a Prefeitura está mais positiva. Inclusive, para os delegados eleitos, é disponibilizado um crachá que lhes dá acesso a todas as Secretarias, Diretorias e Gabinetes municipais” (Entrevistada L)

Confiam que quem participa comunica aos demais, informam e contagiam outros a participarem de uma nova etapa, resultando em valorização, respeito e credibilidade, tanto da comunidade quanto do Governo Municipal.

Contudo, mesmo sendo elevada a consciência de que o OP é algo novo no município e que existe um longo caminho a ser percorrido, ainda que diante de ampla divulgação, os participantes estão cientes de que nem todos moradores da comunidade sabem o significado de orçamento público, quanto mais do participativo, razão pela qual deixam de tomar parte do evento.

4.1.3 Contribuição ao Processo do OP

Questionados sobre como avaliam o direito e a responsabilidade do poder de decisão e qual a contribuição dada ao OP, o sentimento percebido é de satisfação, pois estão decidindo pela melhor aplicação dos recursos públicos, com maior segurança, transparência e de forma solidária na busca das melhores soluções para as necessidades da comunidade.

Acreditam que participando contribuem para melhorias no bairro e no município, bem como para a disseminação da cultura participativa, do fortalecimento da cidadania e do espírito de liderança comunitária.

“[...] avalio o meu direito e a responsabilidade de decidir como um compromisso com a comunidade [...] responsabilidade de ouvir a opinião de outros e em conjunto decidir [...] tudo deve estar integrado, entende [...]” (Entrevistado C)

“Embora contribua com uma parcela muitíssimo pequena, participo porque é mais uma questão de exercer a cidadania [...]” (Entrevistado E)

“Com certeza a minha participação contribui para as melhorias, tanto no bairro como da cidade [...] não só a minha, mas de todos os participantes, pois em Novo Hamburgo o OP é novidade [...] isto faz com que todos aprendam e cresçam juntos” (Entrevistada J)

“Apesar do OP no município ser bastante novo, vem se apresentando como uma experiência construtiva, onde como representantes da comunidade, temos respeitadas nossa voz, idéias e ideais. Minha contribuição se dá pelo conjunto de possibilidades de participação aliada à ética e o compromisso com a comunidade”(Entrevistada L)

Predominando ainda nas respostas, além das expectativas quanto aos resultados finais das votações, uma maior conscientização e principalmente o entendimento do conceito de cidadania.

Reflete-se então uma das vantagens já previstas na literatura e descrita no Quadro 1, ou seja, o estímulo dos participantes em trocar visões individualistas por solidárias e coletivas, de forma plural e universal.

4.1.4 Anseios

Já quanto aos anseios gerados, alguns revelam que não será possível, em um primeiro momento, atender a todas as esperanças depositadas no OP e esperam que os próximos ciclos sejam mais organizados no quesito divulgação geral:

“Há esperanças sim, que o OP não pode cumprir [...] no decorrer do processo os esclarecimentos sobre o orçamento vão se expandindo, o conhecimento mais aprofundado e o entendimento de que não é possível cumprir todas as esperanças depositadas no OP passam a fazer parte do processo [...]” (Entrevistado G)

“[...] tudo o que foi reivindicado e aprovado nas assembleias poderá ser cumprido, desde que o poder público tenha vontade política de fazê-lo cumprir [...] afinal as demandas eleitas é apenas um requisito básico para a alocação dos recursos [...] mas o governo pode

interferir e avaliar se tal demanda é viável ou não [...] tanto da forma legal como financeira, e isso em parte pode frustrar nossas expectativas” (Entrevistada J)

Outros entendem que as esperanças serão concretizadas, desde que exista vontade política do governo municipal de efetivar as deliberações tomadas pela comunidade:

“Acredito que na Região 3 todas as esperanças poderão ser cumpridas, pois as demandas elencadas estão dentro das prioridades negociáveis [...]” (Entrevistada N)

“Algumas demandas podem ser revistas e levar um tempo maior para serem contempladas, mas devido à transparência vão ser efetivadas [...]” (Entrevistado C)

Apesar disso, enfatizam que o contexto não desmerece a importância da participação no processo, pois a comunidade é pró-ativa nos movimentos sociais e possui visão clara de seus valores fundamentais.

Assim, vislumbram mais um passo para a cristalização do conceito de cidadania.

Contudo, caso tais demandas não sejam atendidas e para que esse conceito não se torne mais um altruísmo ingênuo, a literatura adverte que é necessária a cada ano uma reavaliação do processo do OP, para que este seja efetivo, sério e amplamente divulgado, possibilitando assim uma real fiscalização e controle da sociedade sobre a gestão municipal.

4.2 ANÁLISE DAS PRIORIDADES E RESULTADOS DAS VOTAÇÕES DAS DEMANDAS ELENCADAS PELA COMUNIDADE

Os dados aqui apresentados foram obtidos a partir da análise das prioridades e ações desejadas pela comunidade local, da legislação vigente, dos regulamentos do processo de participação popular e das atas de divulgação dos resultados.

4.2.1 A Realização das Assembléias

O Orçamento Participativo, conforme análise da seção anterior, é entendido pela comunidade como um processo de administração pública em que a população decide como serão aplicados os recursos públicos em obras e serviços a serem executados pelo Governo Municipal.

Segundo seus princípios, o OP é universal e possibilita a discussão do orçamento com a comunidade, onde todo o cidadão tem acesso integral ao orçamento do município, podendo discutir suas prioridades nas Assembléias.

Representados por seus delegados, discutirão além das receitas e despesas, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e o Plano de Investimentos e Serviços.

Existe a auto-regulamentação do processo, pois ficou estabelecido que a cada ano o OP seja avaliado pela sociedade visando seu constante aperfeiçoamento, confirmando-se a análise feita por Ubiratan Souza (2001).

Para melhor organização do evento, o município de Novo Hamburgo foi dividido em 10 regiões geopolíticas e foram definidas as instâncias de participação no OP.

Antes das Assembléias Regionais foram realizadas reuniões preparatórias regionais – em todas as regiões – para a apresentação do processo de participação popular e dos temas e demandas para que a população pudesse escolher os prioritários.

As Assembléias foram as instâncias iniciais do processo de discussão e votação, ou seja, são reuniões em que se concretizam três momentos fundamentais para o processo: (i) o Prefeito e seus Secretários apresentaram a estimativa de receita e despesa para o exercício de 2011 e prestaram conta dos investimentos realizados pelo Governo; (ii) foram escolhidos – pelo voto direto – os temas e as demandas prioritárias regionais e gerais; (iii) e foram eleitos

os delegados do OP que irão fiscalizar e acompanhar a elaboração do Orçamento Municipal a partir das decisões da população e do Governo Municipal.

Dentre os delegados, os mesmos elegeram dois conselheiros(as) titulares e dois conselheiros suplentes do Conselho do Orçamento Participativo; E ainda, para cada região, uma Comissão de Acompanhamento de Obras e Serviços.

Conforme regulamento, todas as pessoas maiores de 16 anos foram credenciadas nas Assembléias Regionais, receberam o caderno do OP – lista de temas e demandas Ciclo 2010/2011 e votaram nas prioridades gerais e locais.

Primeiramente, foram votadas as demandas gerais, sendo necessário observar que poderiam escolher três demandas diferentes. A pontuação da votação se deu com os seguintes critérios: o voto em primeiro lugar teve o valor de três pontos, em segundo lugar dois pontos e em terceiro lugar um ponto.

Em um segundo momento ocorreu a votação das demandas locais, cujas propostas foram defendidas por seus autores, pelo tempo de 1 minuto, e ainda, através de cartazes contendo os dados do tema a que pertenciam, do número e da demanda, devidamente identificada para que local é reivindicada.

Vale lembrar que cada cidadão credenciado teve o direito de apresentar uma única demanda, seguindo o mesmo critério de votação estabelecido às demandas locais.

Todas as demandas foram agrupadas em nove temas: Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Cultura, Esportes, Segurança Pública, Qualificação da Infraestrutura Urbana, Habitação e Desenvolvimento Econômico Sustentável e Geração de Renda, conforme consta no Anexo A.

O Quadro 3 demonstra a ordem dos temas prioritários aprovados.

TEMAS TOTAIS GERAIS (CIDADE)	TEMAS TOTAIS LOCAIS (REGIÃO)
1º Saúde	1º Educação
2º Desenvolvimento Social	2º Qualificação da Infraestrutura Urbana
3º Segurança Pública	3º Segurança Pública
4º Educação	4º Saúde
5º Cultura	5º Habitação
6º Esportes	6º Desenvolvimento Social
7º Habitação	7º Cultura
8º Desenvolvimento Econômico Sustentável e Geração de Renda	8º Esportes
9º Qualificação da Infraestrutura Urbana	9º Desenvolvimento Econômico Sustentável e Geração de Renda

Quadro 3 – Lista de temas

Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo (2010a).

Cumpridas as etapas estabelecidas na metodologia do OP, são divulgados os resultados das votações.

Tais resultados serão, na presença dos Conselheiros⁶ do OP, analisados do ponto de vista técnico, financeiro e de carência⁷ antes de serem incluídos no Orçamento do Município.

4.2.2 Resultados das Demandas Gerais da Região 3 – Bairro Rondônia

As demandas gerais votadas pela comunidade da Região 03, na assembléia realizada no dia 07/08/2010, tendo como local o Esporte Clube Farroupilha – Rondônia, com a presença de 109 votantes e 109 credenciados estão compiladas no Quadro 4:

⁶ Eleitos para discutir, analisar, propor e deliberar sobre o detalhamento do Plano de Investimentos e Serviços do Município e também para acompanhar a análise técnica, legal, financeira e de carência das demandas eleitas pela população; debatem a matriz orçamentária do município e a compatibilização das demandas, orientando a proposta do Plano de Investimento e Serviços do município; e ainda, sobre os critérios de distribuição de recursos apresentado pelo governo, acompanham a execução orçamentária anual e fiscalizam o cumprimento do Plano de Investimentos e Serviços.

⁷ Os indexadores de carência de cada região são estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo.

RESULTADO DA VOTAÇÃO DAS DEMANDAS GERAIS PROPOSTAS E APROVADAS: REGIÃO 03 – BAIRRO RONDÔNIA	
TEMAS CONSIDERADOS MAIS IMPORTANTES	PROPOSTAS DE DEMANDAS GERAIS APROVADAS
1º Segurança Pública	38 - Ampliação do número de Guardas Municipais.
2º Desenvolvimento Social	13 - Implantação da Fábrica da Cidadania (local e instalações para beneficiar e transformar bens, utensílios e materiais doados, a serem distribuídos à população em situação de pobreza gerando alternativas de geração de trabalho e renda para adultos e formação profissional para adolescentes).
3º Saúde	01 - Instalação de Centro Municipal de Saúde Dentária.
4º Cultura	34 - Subvenções para entidades culturais, tais como APRATA (orquestra de sopro), AARPA (coral), ATNH (teatro), Associação Carnavalesca, Fundação Scheffel, entre outros.
5º Habitação	44 - Aquisição de materiais de construção para fomentar o “Banco de Materiais de Construção” para atender famílias em situação de vulnerabilidade social e apoio à política de Regularização Fundiária e Urbana.
6º Educação	9 - Programa ProJovem Urbano, com promoção de cursos para jovens dos 18 aos 29 anos de idade, visando elevação da escolaridade.
7º Qualificação da infraestrutura urbana	41 - Construção de novo canil municipal (em local mais amplo, onde não cause perturbação do sossego e possa ser ampliado para receber animais abandonados de maior porte).
8º Desenvolvimento Econômico Sustentável e Geração de Renda	50 - Programa ProJovem trabalhador, com promoção de cursos profissionalizantes para jovens dos 18 aos 29 anos de idade.
9º Esportes	Promoção de campeonatos municipais de futebol.

Quadro 4 – Lista de resultado dos temas e demandas gerais aprovadas – Região 03 – Bairro Rondônia

Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo (2010a).

Analisando-se o quadro acima, observa-se que a comunidade da Região 3 – Bairro Rondônia priorizou as demandas para toda a população do município em razão de algumas necessidades destacadas.

De maneira especial, elegem em primeiro lugar a Segurança Pública aliada ao Desenvolvimento Social, pois entendem que com a geração de trabalho e renda pode haver uma redução significativa de relevantes problemas sociais, cujos reflexos se dão na área de Segurança Pública.

Na sequência, apontam a Saúde e a Cultura, onde priorizam o lazer e a questão da saúde bucal, muitas vezes deixada de lado em rotineiros programas de assistência à saúde das comunidades. O tema seguinte é Habitação, pois no município existe alto índice de famílias em situação de vulnerabilidade e impacto social.

Levam ainda em consideração, tanto na área da Educação como na área do Desenvolvimento Econômico Sustentável e Geração de Renda, que é necessária a elevação da escolaridade e do aperfeiçoamento profissional entre jovens dos 18 aos 29 anos de idade.

Priorizam ainda, no tema Qualificação da Infraestrutura Urbana, a construção de um novo canil municipal, pois o mesmo acolhe animais maltratados e abandonados que posteriormente são disponibilizados à adoção.

Fechando o conjunto de temas e demandas gerais, priorizam o tema Esporte, cuja proposta visa à integração entre as comunidades com a promoção de campeonatos municipais de futebol.

4.2.3 Resultados das Demandas Locais da Região 3 – Bairro Rondônia

Já as demandas locais votadas pela comunidade da Região 03, na mesma Assembléia realizada no dia 07/08/2010, tendo como local o Esporte Clube Farroupilha – Rondônia, com a presença de 93 votantes e 109 credenciados, estão compiladas no Quadro 5:

Resultado da votação das demandas locais propostas e aprovadas – Região 03 – Rondônia	
1º Educação	Creche na Vila das Flores
2º Segurança Pública	Guarda Municipal nas escolas, ampliação de guardas nas escolas.
3º Esportes	Construção de uma cancha coberta ao lado da EMEF João de Barro fundos Ambro.
4º Qualificação da Infraestrutura Urbana	Pavimentação das vias públicas loteamento Coomóveis.
5º Cultura	Criação de espaços para cultura para o bairro Rondônia.
6º Saúde	Coleta de materiais para exame laboratoriais nos postos de saúde no bairro Rondônia.
7º Desenvolvimento Social	Implantação de unidades de referência em atendimento social URAS.
8º Não houve votos	Não houve demanda eleita
9º Não houve votos	Não houve demanda eleita

Quadro 5 – Lista de resultado dos temas e demandas locais aprovadas – Região 03 – Rondônia

Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo (2010a).

Nas demandas locais, a comunidade da Região 3 – Bairro Rondônia priorizou as escolhas para o bairro, na seguinte ordem de necessidades:

Na escolha pelos temas e demandas locais, nota-se que a Educação e a Segurança Pública e o Esporte são, respectivamente, as três primeiras prioridades da comunidade local, tendo como destaque a solicitação de creche para o atendimento das crianças da comunidade, o aumento de guardas municipais nas escolas, e a necessidade da construção de uma cancha coberta para a prática de esportes, pois os pais trabalham fora e necessitam de local apropriado e seguro para deixarem seus filhos.

Na sequência vem a Qualificação da Infraestrutura Urbana e a Cultura, com a solicitação de pavimentação das ruas do loteamento Coomóveis e a necessidade da criação de espaços destinados à cultura.

Ficando como última demanda escolhida o tema Desenvolvimento Social, com a solicitação de implantação de Unidade de Referência em Atendimento Social.

4.3 SÍNTESE DAS ANÁLISES DOS DADOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS:

TRIANGULAÇÃO

A partir das análises realizadas ao longo deste capítulo, verificou-se a concretização de espaços de democracia participativa no município de Novo Hamburgo.

Em linhas gerais, os participantes entrevistados estão conscientes do significado do Orçamento Participativo.

Nesse caso, em parte se confirmam as prerrogativas outorgadas à população brasileira pela Constituição Federal de 1988, tal como a participação universal, no caso do OP, onde todos podem tomar parte dos debates e das votações, propondo obras, serviços, diretrizes e independentemente de credo, etnia, gênero ou ideologia política, ser eleito delegado e conselheiro. Porém, diante do exposto, ficam perceptíveis também as principais vantagens e

desvantagens já identificadas em estudos anteriores quanto à realização do OP, explicitadas no Quadro 1.

Os dados demonstram, ainda, que os participantes não têm real poder de decisão, pois existem influências na hora das votações das demandas, e esse direito deveria ser exercido de forma independente. Da mesma forma, após as votações passam a serem representados pelos delegados eleitos e sequencialmente pelo Conselho do Orçamento Participativo. Outorgam ainda poderes de fiscalização à Comissão de Acompanhamento de Obras e Serviços.

Diante disso, em tese, os espaços de democracia participativa transformam-se genuinamente em espaços representativos.

Já na segunda parte da análise, comparando-se as prioridades temáticas da região como demandas gerais, destaca-se em primeiro lugar o tema Segurança Pública (Quadro 4), reaplicando-se a Segurança Pública na segunda posição na escolha das demandas locais (Quadro 5).

Quanto às demandas locais escolhidas (Quadro 5), é perceptível que existe na comunidade a carência na área da Educação, pois foi eleita em primeiro lugar como demanda prioritária.

Vale ressaltar que a comunidade elegeu apenas sete demandas locais, sendo que a oitava e nona opção não constam na lista de divulgação dos resultados (Quadro 5) em razão de não terem tido votos que as elegessem, pois observa-se que houve, em relação à votação das demandas gerais, a redução de 109 para 93 votantes na escolha das demandas locais.

Associa-se tal diversidade entre os temas eleitos – Educação e Segurança – em razão do perfil dos habitantes do Bairro Rondônia, que é composto por diferentes classes econômicas, onde a maioria, na demanda local, por exemplo, priorizou a Educação, seguida da Segurança Pública.

Esse mesmo perfil é confirmado pela última escolha dentre as prioridades elencadas no Quadro 5, a que versa sobre o Desenvolvimento Social e propõe a implantação de Unidades de Referência em Atendimento Social.

Tais resultados demonstram mudanças na forma de pensar da comunidade, reafirmando o elo já existente via movimento comunitário, pois priorizaram demandas convergentes entre si, que passam a beneficiar a comunidade como um todo e não apenas classes menos ou mais favorecidas.

Contudo, a maioria dos participantes possui integração comunitária via associação de moradores, mediante desenvolvimento de trabalhos que tendem ao bem comum da comunidade, podendo assim ocorrer maior conscientização sobre a autonomia da comunidade em contextos em que deva predominar o direito e a liberdade de escolha de forma independente, rompendo com as influências individualistas e reafirmando a ação coletiva e o exercício da cidadania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação brasileira estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, tanto da União como dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

O Orçamento Participativo é uma nova ferramenta de governo no que diz respeito à participação popular e ao exercício da democracia participativa.

Mediante isso, o município de Novo Hamburgo, RS, instituiu o Orçamento Participativo para que suas comunidades pudessem deliberar sobre a elaboração do orçamento público, especificamente sobre o orçamento de investimentos, através de assembleias abertas, as quais foram realizadas em 10 regiões geográficas previamente delimitadas para a participação popular.

Diante do exposto, o objeto de pesquisa deste trabalho foi uma das regiões pré-determinadas do Orçamento Participativo no município, ou seja, a pesquisa se desenvolveu na Região 3, exclusivamente com os moradores do Bairro Rondônia de Novo Hamburgo, RS, e teve como foco principal a participação comunitária, pois buscou-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: como ocorre a participação comunitária na escolha das demandas prioritárias da região do Bairro Rondônia no processo de elaboração do OP em Novo Hamburgo?

Assim sendo, o objetivo geral foi o de analisar como ocorreu a participação dos moradores dessa região quanto à escolha das demandas prioritárias da comunidade no processo de elaboração do Orçamento Público Municipal, utilizando como referência o exercício de 2011.

A metodologia aplicada foi através da técnica de um estudo de caso, mediante o levantamento de dados primários com a utilização do Roteiro de Entrevistas (Apêndice A), contendo 15 perguntas abertas, aplicadas a 15 entrevistados participantes do processo, buscando-se extrair os aspectos mais relevantes do contexto.

Ao mesmo tempo, procurou-se avaliar o significado dos conceitos e caracterizar a influência dos mesmos, a fim de refletir os objetivos do tema pesquisado, triangulados com a análise de dados secundários através da verificação das prioridades e ações desejadas pela comunidade local, da legislação vigente, dos regulamentos do processo de participação popular e das atas de divulgação dos resultados.

Dentro do primeiro objetivo específico proposto na pesquisa, de identificar o perfil de participação das pessoas envolvidas no OP da região pesquisada, percebe-se em partes a concretização de espaços da democracia participativa no município. Porém, evidenciou-se que a população estudada não possui real poder de decisão, em virtude das influências existentes no momento das escolhas das demandas. Da mesma forma, passam a ser representadas pelos delegados eleitos e sequencialmente pelo Conselho do Orçamento Participativo, outorgando ainda poderes de fiscalização à Comissão de Acompanhamento de Obras e Serviços.

Quanto ao segundo objetivo proposto, que foi o de investigar as prioridades e ações desejadas pela comunidade local e os respectivos resultados já obtidos, a pesquisa revelou que os temas Educação e Segurança Pública – escolhidos como prioritários pela comunidade – formam um consenso e equacionam o poder e as relações entre os moradores, pois as demandas convergem entre si e beneficiam a comunidade como um todo.

Em linhas, e diante das evidências dos dados coletados e sintetizados na análise de conteúdo, talvez a pesquisa permita inferir que o Orçamento Participativo da região estudada possa ser uma ficção proativa, pois vem em desencontro com os princípios da democracia participativa, cujo pressuposto é de que este direito deva ser exercido de forma independente e de que cada indivíduo possa impor, por si mesmo, os limites de sua liberdade de escolha.

Diante disso, ao menos em tese, pode-se proferir que os espaços de democracia participativa transformam-se genuinamente em espaços representativos, e a participação comunitária deixa de ser direta e deliberativa e assume novamente contornos de submissão.

Cabe ainda lembrar que o referido estudo não se exauriu neste ponto, pois não foi analisado o percentual dos investimentos disponibilizados para o Ciclo 2010/ 2011, e trata-se de um tópico de grande importância. Assim como, num próximo momento, a confirmação do cumprimento das demandas escolhidas pela comunidade, bem como o efeito redistributivo do OP dentre as regiões, ficam como sugestões para a realização de posteriores trabalhos.

Vale também comentar que se o mesmo estudo fosse realizado em outras regiões do OP, possivelmente os resultados poderiam divergir entre si, devido ao fato de a comunidade pesquisada possuir forte elo com o movimento comunitário e pelo perfil dos habitantes do referido bairro ser composto por distintas classes econômicas.

Finalmente, espera-se que este trabalho seja útil não só para a comunidade estudada, mas também para que os governantes, estudiosos do assunto e demais pessoas interessadas no evento ponderem quanto à questão da representatividade, ou seja, sugere-se que tal questão deva ser reavaliada a fim de reafirmar de fato a democracia participativa, do seu princípio ao fim, e não apenas uma democracia meramente consultiva.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE NOVO HAMBURGO. **Desenvolvimento da cidade em debate**. Disponível em: <<http://www.novohamburgo.rs.gov.br/index.php?language=&content=news&id=3251>>. Acesso em: 28 jun. 2010.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

ASSONI, Sérgio Filho. **Transparência fiscal e democracia**. Porto Alegre: Núria Fabris Editora, 2009.

BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott A. **Administração: construindo vantagem competitiva**. São Paulo: Atlas, 1998.

BONAVIDES, Paulo. As bases da democracia participativa. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO JUIZES PARA A DEMOCRACIA, 1., 2005, Recife. **Anais...** Recife: AJD, 2005. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/vinteeseite/p_bonavides_27.htm>. Acesso em: 24 Ago. 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2010.

BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 23 nov. 2010.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 23 nov. 2010.

BRASIL. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 23 nov. 2010.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CIDADE. Centro de Assessoria e Estudos Urbanos. **Desdobrando o orçamento municipal**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.ongcidade.org/site/php/biblioteca/bib_publicacoes.php>. Acesso em: 29 jun. 2010.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **Elaboração e execução de orçamento público**. Brasília: ENAP e-cursos, 2005. (Apostila de Apoio ao Treinamento On-Line)

FABRETTI, Láudio Camargo. **Direito tributário para os cursos de administração e ciências contábeis**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERREIRA, Denise de Queiroz. Orçamento Participativo: instrumento de democratização da administração pública. **Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 65-85, dez. 2003.

FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. **Resumo de direito constitucional/maximilianus**. 11. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

GENRO, Tarso. **Democracia e globalização**. Santa Maria: UFSM, 1997.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MINHA CIDADE. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, Ano 2, n. 2, p. 4-5, abr. 2010.

MINTZBERG, Henry; QUINN, James Brian. **O processo da estratégia**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

OLIVEIRA, Luciene de. **Orçamento participativo municipal: transparência e cidadania**. 2010. 27 f. Trabalho de Conclusão (Especialização em Gestão Pública Municipal e Administração Pública) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal e Administração Pública, Instituto Avançado de Pesquisas Educacionais, Faculdade de Educação da Serra, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/40094/1/-ORCAMENTO-PARTICIPATIVO-MUNICIPAL-TRANSPARENCIA-E-CIDADANIA--/pagina1.html#ixzz0sfQ5RI4P>>. Acesso em: 12 jul. 2010.

PIRES, Valdemir. **Orçamento participativo**: o que é, para que serve, como se faz. São Paulo: Manole, 2001.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Histórico do orçamento participativo**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=1>. Acesso em: 25 jun. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO. Orçamento Participativo. Novo Hamburgo: a cidade que a gente faz. **Atas das regiões**. 2010a. Disponível em: <<http://op.novohamburgo.rs.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=26>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO. Orçamento Participativo. Novo Hamburgo: a cidade que a gente faz. **Lista de temas e demandas ciclo 2010/2011**. Novo Hamburgo, 2010b.

SANCHES, Osvaldo Maldonado. **Dicionário de orçamento, planejamento e áreas afins**. Brasília: Prisma, 1997.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUZA, Celina. Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo. **São Paulo Perspec.** v. 15, n. 4, p. 84-97, 2001.

SOUZA, Ubiratan de. **Orçamento Participativo experiência do Rio Grande do Sul**. 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sader/cap12.pdf>>. Acesso em: 26 jul 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. O que o fez participar do Orçamento Participativo?
2. Gostaria de saber o que você entende por Orçamento Público e Orçamento Participativo?
3. Você acha que o Orçamento Participativo aumenta a transparência na gestão dos recursos públicos? Justifique sua resposta.
4. Em sua opinião, as políticas públicas do município já contemplavam a comunidade independente do Orçamento Participativo?
5. Você acredita que a sua participação contribui para a melhoria desejada pela comunidade? Justifique a sua resposta.
6. Nas plenárias do OP-NH que você tem participado são oferecidas às comunidades as informações referentes aos recursos disponíveis?
7. Em sua opinião, o Orçamento Participativo é percebido pelos moradores e altera positivamente a relação de troca deles com a Prefeitura?
8. As divulgações do Orçamento Participativo conduzem ao entendimento do conhecimento necessário para participar do processo?
9. Você está integrado na atuação do Orçamento Participativo via movimento comunitário ou de forma independente?
10. Como você se sente com a oportunidade de participação no Orçamento Participativo?
11. Como você avalia o seu direito (e a responsabilidade) de decidir no Orçamento Participativo?
12. Como você analisa as divulgações ocorridas próximas à data de votação. Procura se informar antes sobre o que vai ser votado para exercer o seu direito de forma mais consciente ou não?
13. Você possui alguma vinculação partidária? Em caso positivo, acha que essa vinculação afeta a sua participação?
14. Em sua opinião, a Lista de Temas e Demandas contempla todas as necessidades da comunidade local? Existe algum tipo de influência na hora da votação das demandas?
15. Há esperanças depositadas no Orçamento Participativo que ele não pode cumprir?

ANEXO B – LISTA DE TEMAS E DEMANDAS DO OP CICLO 2010/2011

Lista de Temas e Demandas do OP Ciclo 2010/2011	
Demandas para a população de todo o município	Demandas Locais para Regiões
<p>Tema: Saúde</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Instalação de Centro Municipal de Saúde Dentária 2. Implantação de sistema informatizado de controle sobre os Prontuários Médicos, consultas e exames. 3. Aquisição de Ambulância 4. Compra de equipamentos para o Hospital 5. Reformas e melhorias no Hospital Municipal. 6. Promoção de ações de caráter preventivo ao uso indevido de drogas e fortalecimento da rede de tratamento a usuários de drogas. 7. Programa de prevenção à AIDS – com realização de palestras e atividades culturais visando conscientizar a comunidade sobre a importância da prevenção à AIDS e distribuição de materiais informativos. 8. Inclusão, na estrutura de saúde do município, de sistemas, rotinas e equipamentos de diagnóstico e tratamento para doenças específicas da população negra. 	<p>Tema: Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção de Unidade de Saúde. - Pintura e reparos gerais em Posto de Saúde. - Instalação de abrigos para os usuários de Posto de Saúde. - Implantação de Equipes do Programa Saúde da Família (conforme legislação federal, esta demanda terá que ser referendada pelo Conselho Municipal de Saúde). - Coleta de material para exames laboratoriais nos Postos de Saúde, desde que exista área suficiente para sua ampliação.
<p>Tema: Educação</p> <ol style="list-style-type: none"> 9. Programa ProJovem Urbano, com promoção de cursos para jovens dos 18 aos 29 anos de idade, visando elevação da escolaridade. 10. Reforma do Centro de Educação Ambiental. 11. Aquisição de materiais e equipamentos para o Atelier Livre Municipal. 12. Subvenções para entidades educacionais, tais como, ABEFI, AEVAS, ASBEM, entre outros. 	<p>Tema: Educação</p> <p>Ampliação do atendimento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção de escola infantil. - Educação Integral – Atividades de contraturno para alunos das escolas da rede pública municipal, (indicar quais as atividades demandadas, com base na lista a seguir): <ul style="list-style-type: none"> > acompanhamento pedagógico; > Cultura e Arte; > Comunicação e Uso de Mídias; > Esporte, Lazer e Recreação; > Meio Ambiente; > Prevenção e Promoção da Saúde. - Ampliação da oferta de vagas na educação de Jovens e Adultos (EJA). - Programa Escola Aberta – Desenvolvimento de atividades culturais e esportivas para a comunidade, aos fins de semana, nas dependências de escolas da rede pública municipal, (indicar quais as atividades demandadas, com base na lista a seguir): <ul style="list-style-type: none"> > Cultura e Arte; > Esporte, Lazer e Recreação; > Qualificação para o Trabalho e Geração de Renda. > Ampliação das séries finais nas escolas de Ensino Fundamental da rede pública municipal (o atendimento a esta demanda deverá considerar critérios demográficos e o atendimento da Rede Estadual de Ensino a existência de área física suficiente para a ampliação da escola, nos casos em que isto for necessário). <p>Qualificação dos Espaços Pedagógicos das escolas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qualificação dos laboratórios de informática. - Ampliação ou implantação de Telecentros, com acesso à Internet para alunos. - Aquisição de equipamentos para laboratórios de Ciências. - Qualificação das bibliotecas das escolas (indicar se a demanda se refere à ampliação das dependências; informatização da biblioteca e/ou ampliação do acervo). - Aquisição de equipamentos para prática esportiva e de lazer junto às escolas. - Instalação de quadras poliesportivas em escolas. <p>Construções, ampliações e reformas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção de nova escola, em substituição à escola existente.

	<ul style="list-style-type: none"> - Instalação de rampas de acesso e banheiros especiais para pessoas com deficiência em escolas da rede pública municipal. - Cobertura de quadras poliesportivas em escolas da rede pública municipal. - Pintura e marcação de ginásios e quadras poliesportivas em escolas da rede pública municipal. - Construção de áreas cobertas em escolas da rede pública municipal. - Ampliação ou construção de cozinhas e refeitórios em escolas da rede pública municipal. - Outras reformas em escolas (redes elétricas, drenagem de pátios, pintura, conserto de muros e cercas). - Instalação de cisternas para captação de água da chuva em escolas da rede pública municipal. - Sistema de captação de energia solar. - Construção e/ou reformas de praças de brinquedos nas escolas.
<p>Tema: Desenvolvimento Social</p> <p>13. Implantação da Fábrica da Cidadania (local e instalações para beneficiar e transformar bens, utensílios e materiais doados, a serem distribuídos à população em situação de pobreza, gerando alternativas de geração de trabalho e renda para adultos e formação profissional para adolescentes).</p> <p>14. Desenvolvimento do Projeto Quizomba, com ações de valorização cultural e promoção da cidadania da população negra.</p> <p>15. Implantação de Programa Municipal de Valorização dos Catadores de Resíduos Sólidos, articulando a capacitação e organização dos catadores com ações de coleta seletiva e instalação de entrepostos de recepção e separação de resíduos sólidos.</p> <p>16. Reformas e ampliações nos abrigos municipais para crianças e adolescentes.</p> <p>17. Reformas e ampliação de vagas no albergue para moradores de rua.</p> <p>18. Ampliação das ações voltadas às crianças, adolescentes e adultos moradores de rua.</p> <p>19. Obras de acessibilidade para facilitar a mobilidade de pessoas com deficiência.</p> <p>20. Programa ProJovem Adolescente, com promoção de cursos de caráter sócio-educativos para jovens com idade dos 15 aos 18 anos incompletos.</p> <p>21. Construção de prédio para o Centro de Referência de Atendimento à Mulher, sediando também a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Mulher.</p> <p>22. Instalação de Centro-Dia de Referência de Atendimento ao Idoso, em prédio locado para realização de oficinas, palestras e atividades de integração.</p> <p>23. Programa de acesso ao trabalho em tecnologia da informação para jovens carentes e com deficiências.</p> <p>24. Subvenções para entidades assistenciais, tais como ABEFI, ADEFI, ADEVIS, AEVAS, AFAD 21, AMO, ASBEM, Comida Urgente, Lar da Menina, Lar do Idoso São Vicente de Paula, LEME, entre outros.</p>	<p>Tema: Desenvolvimento Social</p> <p>- Implantação de Unidades de Referência em Atendimento Social – URAS – com prestação de serviços e desenvolvimento de programas de proteção social voltados a crianças e adolescentes dos 7 aos 18 anos.</p>
<p>Tema: Cultura</p> <p>25. Apoio ao desenvolvimento de artistas locais.</p> <p>26. Comemoração do aniversário de Novo Hamburgo.</p> <p>27. NatalSinos.</p> <p>28. Feira do Livro.</p> <p>29. Projeto “É Música” – Valorização de músicos da cidade e da região através de show semanal na Praça do Imigrante.</p> <p>30. Festival de Música de Novo Hamburgo (para estimular a produção musical da cidade e valorizar compositores e intérpretes da cidade e da região).</p> <p>31. Reforma da SEMEC II.</p>	<p>Tema: Cultura</p> <p>- Promoção de atividades culturais nos bairros.</p>

<p>32. Reforma do Teatro Paschoal Carlos Magno.</p> <p>33. Criação do FUNCULTURA 25 (fundo municipal para financiar projetos culturais na cidade).</p> <p>34. Subvenções para entidades culturais, tais como APRATA (orquestra de sopro), AARPA (coral), ATNH (Associação Tradicionalista), Associação Carnavalesca, Fundação Scheffel, entre outros.</p>	
<p>Tema: Esportes</p> <p>35. Reformas no Ginásio da Fenac e Agostinho Cavasoto.</p> <p>36. Promoção de campeonatos municipais de futebol.</p> <p>37. Subvenções para entidades esportivas, tais como UJR, On Line, Colégio Santa Catarina, clubes de futebol de várzea, entre outros.</p>	<p>Tema: Esportes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção de atividades de esporte e lazer para idosos e pessoas com deficiência. - Instalação de quadras esportivas com cancha de areia em parques e praças. - Recuperação de campos de futebol.
<p>Tema: Segurança Pública</p> <p>38. Ampliação do número de Guardas Municipais.</p> <p>39. Aquisição de equipamentos e viaturas para a Guarda Municipal.</p> <p>40. Aquisição de veículos e equipamentos para a Defesa Civil.</p>	<p>Tema: Segurança Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aquisição e instalação de controladores eletrônicos de velocidade. - Aquisição e instalação de novas câmeras de videomonitoramento. - Guarda Municipal em escolas da rede pública municipal. - Implantação de câmeras de vigilância e alarmes em escolas da rede pública municipal.
<p>Tema: Qualificação da Infraestrutura Urbana</p> <p>41. Construção de novo canil municipal (em local mais amplo, onde não cause perturbação do sossego e possa ser ampliado para receber animais abandonados de maior porte).</p> <p>42. Aquisição de equipamento picador de poda (para produzir resíduos utilizáveis como adubo orgânico e fonte de energia, ampliando as possibilidades de geração de renda para cooperativas de catadores).</p> <p>43. Ampliação e qualificação do Cemitério Municipal.</p>	<p>Tema: Qualificação da Infraestrutura Urbana</p> <p>Limpeza Urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instalação de Ecopontos para recolhimento de entulhos. <p>Parques e praças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instalação de brinquedos em parques e praças. - Melhorias em parques e praças. <p>Iluminação Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação do sistema de iluminação pública. <p>Paradas de ônibus</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instalação de bancos e abrigos nas paradas de ônibus. <p>Casas Mortuárias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção de casas mortuárias. <p>Abastecimento de água</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da rede de água potável. - Substituição da rede de água potável. <p>Pontes e Passarelas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recuperação de pontes e passarelas. - Construção de pontes e passarelas. <p>Drenagem urbana e pluvial</p> <ul style="list-style-type: none"> - Limpeza de trechos entupidos da rede de esgotos pluviais. - Substituição de canos da rede de esgotos pluviais. - Drenagem de arroios, valas e canais. <p>Pavimentação e melhorias em vias públicas municipais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pavimentação de vias públicas municipais urbanas. - Recapeamento asfáltico de vias públicas municipais urbanas. - Patrolamento e ensaibramento de vias públicas municipais. - Construção de acostamento para segurança de pedestres em trechos de vias públicas municipais.
<p>Tema: Habitação</p> <p>44. Aquisição de materiais de construção para fomentar o “Banco de Materiais de Construção”, para atender famílias em situação de vulnerabilidade social e apoio à política de Regularização Fundiária e Urbana.</p>	<p>Tema: Habitação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regularização fundiária e qualificação urbana (abastecimento de água, luz, sistema de esgotos e ruas pavimentadas) das vilas irregulares, com reforma e construção de novas unidades habitacionais. - Apoio às cooperativas Habitacionais para a compra de terras, construções de infraestrutura e moradias.
<p>Tema: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Geração de Renda</p> <p>45. Apoio às pequenas e microempresas através de apoio para participação em feiras comerciais, divulgação de programas de crédito, atividades de capacitação, promoção de rodadas de negócios entre empreendedores individuais,</p>	<p>Tema: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Geração de Renda</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento das agroindústrias locais com capacitação e apoio à comercialização da produção. - Fortalecimento da agricultura familiar local com capacitação e apoio à comercialização da produção.

<p>micro e pequenas empresas.</p> <p>46. Apoio ao microempreendedor individual através de divulgação de programas de crédito, assistência técnica, atividades de formação e capacitação, apoio à comercialização, promoção de rodadas de negócios entre empreendedores individuais, micro e pequenas empresas.</p> <p>47. Incubadora popular, com infraestrutura compartilhada para criação de novos empreendimentos.</p> <p>48. Centro Público de Economia Solidária, com espaço permanente para comercialização de produtos e capacitação gerencial e profissional.</p> <p>49. Viabilização do Parque Tecnológico “HamburgTech”.</p> <p>50. Programa ProJovem Trabalhador, com promoção de cursos profissionalizantes para jovens dos 18 aos 29 anos de idade.</p> <p>51. Programa de apoio ao desenvolvimento da agricultura urbana, com ações que permitam agregar valor a produtos da agropecuária.</p> <p>52. Programa de estímulo ao turismo.</p>	<p>- Programa de estímulo ao turismo rural e ambiental.</p>
--	---

Fonte: Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo (2010b, p. 24).